

PROCEDIMENTO DE CONSULTA PRÉVIA N.º CPG/133/2021

(NOS TERMOS DA ALÍNEA C) N.º1 DO ARTIGO 20.º DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS)

AQUISIÇÃO DO SERVIÇO DE LIMPEZA E MANUTENÇÃO DAS CAVALARIÇAS DA ACADEMIA MILITAR

CADERNO DE ENCARGOS

2021

Índice

PARTE I CLÁUSULAS JURÍDICAS	1
Cláusula 1.º Objeto	1
Cláusula 2.º Local de prestação dos serviços	1
Cláusula 3.º Prazo de Execução contratual	1
Cláusula 4.º Preço base.....	1
Cláusula 5.º Condições de pagamento.....	1
Cláusula 6.º Aceitação.....	2
Cláusula 7.º Compromisso ambiental. Medidas fitossanitárias.....	2
Cláusula 8.º Sigilo	3
Cláusula 9.º Perfil do pessoal	3
Cláusula 10.º Subcontratação e Cessão da posição contratual	3
Cláusula 11.º Sanções.....	4
Cláusula 12.º Casos fortuitos ou de força maior	5
Cláusula 13.º Gestor do Contrato	5
Cláusula 14.º Danos imputáveis	5
Cláusula 15.º Outros encargos	6
Cláusula 16.º Resolução do contrato	6
Cláusula 17.º Foro competente	6
Cláusula 18.º Legislação aplicável	6
PARTE II.....	7
HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO.....	7
Cláusula 19.º Riscos profissionais.....	7
Cláusula 20.º Seguros e encargos sociais.....	7
PARTE III CLÁUSULAS TÉCNICAS.....	8
Cláusula 21.º Prestação de Serviços	8
Cláusula 22.º Equipamento, maquinaria e produtos de limpeza.....	8
Cláusula 23.º Horários	9
Cláusula 24.º Níveis de serviço e requisitos técnicos, funcionais e ambientais.....	9
Cláusula 25.º Avaliação da Qualidade dos Serviços de Limpeza	10

PARTE I

CLÁUSULAS JURÍDICAS

Cláusula 1.º

Objeto

O presente procedimento tem por objeto a **aquisição do serviço de limpeza e manutenção das cavalaria**s da Academia Militar.

Cláusula 2.º

Local de prestação dos serviços

Os serviços objeto do presente procedimento serão prestados no aquartelamento da Academia Militar da Amadora, sita na Avenida Conde Castro Guimarães 2720-113 Amadora, Portugal.

Cláusula 3.º

Prazo de Execução contratual

O contrato a celebrar ao abrigo do presente procedimento começa a produzir efeitos a 1 de Janeiro, cessando a sua vigência a 31 de dezembro de 2022.

Cláusula 4.º

Preço base

1. O preço base é o preço máximo que a Entidade Adjudicante se dispõe a pagar pela prestação de todos os serviços que constituem o objeto do presente procedimento.
2. O preço máximo a pagar pela entidade adjudicante é de **70.000,00€ (setenta mil euros)** s/ IVA, dividido por 12 (doze) prestações mensais.
3. O preço base foi determinado com base nos custos médios unitários resultantes de anteriores procedimentos com o mesmo objeto.

Cláusula 5.º

Condições de pagamento

1. O pagamento será efetuado a 30 (trinta) dias nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 299.º do CCP, após a aceitação definitiva dos serviços prevista no artigo seguinte.

2. Eventuais propostas de adiantamentos ou de pagamentos parciais estão condicionadas pelo regime previsto no artigo 292.º do CCP;
3. Em caso de atrasos no pagamento por parte do contraente público, conforme estipulado no n.º 6 do artigo 26.º do DL n.º 84/2019, de 28 de junho, e no n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 62/2013 de 10 de maio, o adjudicatário tem direito aos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito pelo período correspondente à mora, nos termos do artigo 326.º do CCP.

Cláusula 6.º

Aceitação

1. Após a realização da inspeção mensal e verificada a conformidade dos serviços, cabe o gestor do contrato, declarar a aceitação definitiva dos serviços fornecidos, ficando registada a data de aceitação do mesmo.
2. Se durante a realização da inspeção se verifique a ocorrência de falhas ou deficiências na prestação do serviço, as mesmas serão comunicadas ao adjudicatário para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da referida notificação, proceder à regularização das irregularidades detetadas, sob pena de aplicação das sanções pecuniárias previstas na Cláusula 11.º.
3. Nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1, do artigo 5.º do Decreto-lei n.º 62/2013, de 10 de maio, e do n.º 2 do artigo 299º do CCP, o prazo máximo de duração do processo de aceitação ou verificação para determinar a conformidade dos bens ou dos serviços não pode exceder 30 dias a contar da data de receção ou prestação dos mesmos.

Cláusula 7.º

Compromisso ambiental. Medidas fitossanitárias

1. Na execução do contrato, o adjudicatário pugnará pelas melhores práticas ambientais que possa desempenhar, inerentes ao cumprimento da sua proposta, no estrito cumprimento da diversa legislação ambiental aplicável.

Cláusula 8.º

Sigilo

O adjudicatário garantirá o sigilo quanto a quaisquer informações relacionadas com a atividade da entidade adjudicante onde serão prestados os serviços, ou outras, de que venha a ter conhecimento em consequência da execução do contrato.

Cláusula 9.º

Perfil do pessoal

1. O adjudicatário obriga-se a ter ao seu serviço pessoal de reconhecida idoneidade moral, aptidão física e adequada à formação profissional, apresentando-se adequadamente uniformizados.
2. Os meios humanos afetar à prestação do serviço cumprirão com todas as exigências técnicas, legais e de segurança exigidas pela legislação vigente aplicável.
3. O adjudicatário, no momento da outorga do contrato, deverá enviar uma lista com a nomenclatura e contatos dos funcionários que irão prestar o serviço.
4. Sempre haja alguma modificação do pessoal a prestar serviço, o adjudicatário deve comunicar a entidade adjudicante no prazo máximo de 24 horas.

Cláusula 10.º

Subcontratação e Cessão da posição contratual

1. O Adjudicatário não pode recorrer à prestação de serviços por terceiras entidades, para a execução das atividades objeto do presente procedimento sem expresse consentimento por escrito da Entidade Adjudicante.
2. O recurso à prestação de serviços a entidades terceiras não pode, em caso algum, pôr em causa o cumprimento pontual de todas as obrigações assumidas pelo Adjudicatário.
3. O Adjudicatário, no caso de recorrer à prestação de serviços por terceiras entidades, deve apresentar os documentos de habilitação relativos ao potencial subcontratado, que sejam exigidos ao subcontratante na fase de formação do contrato em causa.
4. O adjudicatário não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato sem autorização da entidade adjudicante.
5. Para efeitos da autorização prevista no número anterior, devem ser apresentados pelo cessionário todos os documentos de habilitação que sejam exigidos ao cedente na fase de formação do contrato em causa.

Cláusula 11.º

Sanções

1. São consideradas não conformes as limpezas cujas auditorias constantes na Cláusula 25.º do presente Caderno de Encargos, revelem um estado de limpeza inferior a 80 %, sendo aplicada uma sanção calculada do seguinte modo:
 - i. $V_{\text{sanção}} = |0,80 - \text{Pontuação}| \times V_{\text{contrato}}$
 - ii. Sendo $V_{\text{sanção}}$ = Valor da sanção a deduzir ao valor fixo contratado na fatura do mês correspondente;
 - iii. Pontuação = Pontuação média apurada na(s) auditoria(s) realizada(s), sendo a mesma inferior a 0,8;
 - iv. V_{contrato} = Valor fixo contratado a pagar mensalmente pela prestação do serviço;
2. A avaliação dos serviços é realizada cumulativamente em duas vertentes: estado da limpeza e estado do material utilizado.
3. A entidade adjudicante poderá aplicar ainda penalizações, cumulativas, decorrentes do incumprimento dos seguintes serviços:
 - a. Pelo atraso do trabalhador no local e hora definidos, nos termos do **anexo B**, é aplicada uma sanção de 20€ (vinte euros) por cada dia em que se mantenha a ocorrência. É considerado atraso, a não comparência do trabalhador até aos 30 minutos após a hora estabelecida para início da tarefa;
 - b. Pela não comparência do trabalhador após os 30 minutos da hora estabelecida para início da tarefa, nos termos do **anexo B**, é aplicada uma sanção de 50€ (cinquenta euros) por cada dia em que se mantenha a ocorrência;
 - c. Pela não realização de qualquer das tarefas definidas nos termos do **anexo B**, é aplicada uma sanção fixa de 100 € (cem euros) por cada dia em que se mantenha a ocorrência;
 - d. Pelo não fornecimento de equipamento, maquinaria e produtos de limpeza, nos termos da Cláusula 22.º, é aplicada uma sanção fixa de 50€ (cinquenta euros) por cada dia em que se mantenha a ocorrência;
 - e. Pela não substituição de quaisquer materiais, equipamentos ou produtos de limpeza quando tal lhe tenha sido solicitado pela entidade adjudicante é aplicada uma sanção fixa de 100€ (cem euros) por cada dia em que se mantenha a ocorrência. Inclui-se a obrigatoriedade de distribuição

- de duas mascaras e dois pares de luvas, devidamente certificadas por trabalhador/dia, por forma a reduzir o risco de contágio por COVID-19.
- f. Pela não substituição do pessoal que a entidade adjudicante haja comunicado que não autoriza a permanecer nas suas instalações é aplicada uma sanção fixa de 200€ (duzentos euros) por cada dia em que se mantenha a ocorrência;
 - g. Pela desatualização da listagem dos trabalhadores ou dos registos das suas presenças é aplicada uma sanção fixa de 100€ (cem euros) por cada dia em que se mantenha a ocorrência.
4. O valor da sanção pecuniária a aplicar é creditado a favor da entidade adjudicante ou deduzida ao preço contratualizado.

Cláusula 12.º

Casos fortuitos ou de força maior

1. Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se por caso fortuito ou de força maior, for impedido de cumprir as obrigações assumidas no contrato;
2. Entende-se, por caso fortuito, ou de força maior, qualquer situação ou acontecimento imprevisível e excecional, independente da vontade das partes, e que não derive da falta ou negligência de qualquer delas;
3. A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à contraparte, bem como informar do prazo previsível para o restabelecimento da normal execução contratual.

Cláusula 13.º

Gestor do Contrato

Nos termos do artigo 290^a-A do CCP, aquando da outorga do contrato, será incluído no clausulado do mesmo a designação do Gestor do Contrato nomeado pela Entidade Adjudicante.

Cláusula 14.º

Danos imputáveis

1. A entidade adjudicatária assumirá a responsabilidade pelos danos imputáveis ao seu pessoal, durante e em consequência da execução dos serviços prestados, quer estes se registem sobre quaisquer pessoas, animais ou bens materiais pertencentes à entidade adjudicante.

2. O valor do dano é creditado a favor da entidade adjudicante ou diretamente deduzido ao preço contratualizado.

Cláusula 15.º

Outros encargos

Todas as despesas, derivadas da prestação de cauções, bem como demais despesas não previstas relativas à execução do presente contrato, são da responsabilidade do adjudicatário.

Cláusula 16.º

Resolução do contrato

1. O incumprimento, reiterado ou definitivo, por qualquer das partes, dos deveres resultantes do contrato confere, nos termos gerais de direito, à outra parte, o direito de o resolver, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais exigíveis.
2. A resolução não prejudica quaisquer ações de responsabilidade civil por factos verificados durante o período de vigência do contrato, devendo a intenção de resolução ser comunicada com a antecedência mínima de 30 dias.

Cláusula 17.º

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 18.º

Legislação aplicável

Em tudo o não disposto no presente Caderno de Encargos, aplicam-se subsidiariamente as disposições do CCP, bem como quaisquer outras disposições legislativas e regulamentares aplicáveis.

PARTE II

HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO

Cláusula 19.º

Riscos profissionais

1. O adjudicatário é responsável pelo cumprimento das regras estipuladas em todos os documentos de prevenção de riscos profissionais e na legislação aplicável em matéria de segurança e saúde.
2. Os trabalhadores que se apresentem ao serviço devem obrigatoriamente de ser portadores do equipamento de proteção mínimo, por forma a garantir o desenvolvimento das tarefas em segurança, nomeadamente:
 - a. Vestimentas uniformes, que garantam a mobilidade necessária e protejam o tronco contra riscos de origens térmica e mecânica;
 - b. Luvas, para proteção das mãos contra agentes abrasivos e escoriantes, cortantes e perfurantes, agentes químicos e humidade proveniente de operações com uso de água;
 - c. Óculos, para proteção dos olhos contra impacto de partículas volantes
 - d. Calçado, para proteção contra impactos de quedas de objetos sobre os artelhos e agentes abrasivos e escoriantes, cortantes ou perfurantes.

Cláusula 20.º

Seguros e encargos sociais

1. O adjudicatário obriga-se a ter em dia ou a contrair, todos os seguros necessários e obrigatórios para a execução da aquisição de serviços objeto do presente contrato;
2. A entidade adjudicante pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior.

PARTE III

CLÁUSULAS TÉCNICAS

Cláusula 21.º

Prestação de Serviços

1. Os serviços de limpeza a prestar devem cumprir as especificações técnicas definidas no **Anexo A**, obedecendo o seu desenvolvimento ao exato prescrito no mapa de tarefas apresentado em **Anexo B**.
2. O serviço é prestado nas seguintes modalidades:
 - a. Serviço de limpeza Programada Regular;
 - b. Serviço de Limpeza Programada Profunda;
 - c. Serviço de Limpeza Não-Programada.

Cláusula 22.º

Equipamento, maquinaria e produtos de limpeza

1. Para execução dos serviços definidos no artigo anterior é atribuída à responsabilidade do adjudicatário o fornecimento de toda a maquinaria e equipamentos de apoio necessários, nas quantidades mínimas que a seguir se indicam:
 - a. Viatura para transporte do estrume das cavalariças até à mitreira;
 - b. Máquina de lavar de alta pressão;
 - c. 3 (três) carros de mão de estábulos;
 - d. 3 (três) vassouras de cordas duras próprias para pecuária;
 - e. 3 (três) forquilha normais;
 - f. 2 (duas) forquilha com dentes curvos;
 - g. 3 (três) pás quadradas com cabo;
 - h. 3 (três) forquilha para aparas;
 - i. 2 (duas) pás com ancinho para aparas;
 - j. Soprador de folhas.
2. É igualmente da responsabilidade do adjudicatário o fornecimento dos produtos e materiais de limpeza necessários, carecendo a sua utilização de parecer prévio do Veterinário da Unidade, o qual declarará sobre a conformidade destes no âmbito da segurança dos solípedes.

Cláusula 23.º

Horários

1. É exigida a permanência dos trabalhadores no período compreendido entre o levantamento das camas dos solípedes (07h00) e a sua feitura (19h00), exceto em dias não úteis.
2. A revista ao espaço decorre diariamente por parte do gestor de contrato às 09h00.
3. A descrição das tarefas, com a respetiva fita do tempo, consta em **Anexo B**.

Cláusula 24.º

Níveis de serviço e requisitos técnicos, funcionais e ambientais

1. O adjudicatário obriga-se a assegurar o cumprimento das especificações técnicas constantes do **Anexo A** ao presente caderno de encargos, bem como os seguintes requisitos e níveis de serviço:
 - a. A prestação de serviços deverá ser integralmente executada nas instalações afetas à Entidade Adjudicante, desenvolvendo-se nas áreas interiores e envolventes da cavalaria, palheiro, local de limpeza dos solípedes, entrada do picadeiro e enfermaria veterinária;
 - b. É da responsabilidade do adjudicatário controlar a qualidade da prestação de serviços de limpeza executados nas instalações que lhe estão afetas, bem como o controlo dos produtos de limpeza e equipamentos utilizados nessa prestação, determinando a sua substituição se necessário, bem como a apresentação dos trabalhadores ao serviço (ex.: incorreção no trato, desleixo ou negligência na execução do serviço). Para este efeito deve nomear um encarregado, que estará presente durante a jornada de trabalho.
 - c. Durante a vigência do contrato, a entidade adjudicante reserva-se o direito de proceder à verificação dos produtos e à inspeção do estado dos equipamentos, sempre que o entenda conveniente, podendo, caso se justifique, mandar suspender e/ou substituir a utilização de qualquer produto ou equipamento;
 - d. A entidade adjudicante poderá, em qualquer altura, determinar a substituição do pessoal que entenda não dever autorizar a permanecer nas suas instalações;
 - e. Todos os produtos de limpeza, lavagem, desengorduramento e desodorização a utilizar devem ser fornecidos em quantidade e qualidade adequada à limpeza das diferentes superfícies (opacas e translúcidas, pavimentos, mobiliário, metais, equipamentos elétricos, etc.), assumindo o adjudicatário inteira e exclusiva responsabilidade pelos produtos que usar, nomeadamente no que respeita a eventuais danos que posteriormente se verifiquem, desde que atribuíveis àqueles;

- f. Todos os produtos a utilizar nos serviços de limpeza deverão respeitar as exigências ambientais e de saúde pública em vigor, devendo o adjudicatário garantir a sua adequação a novas normas ou exigências que entrem em vigor no período de vigência do contrato;
2. É da responsabilidade e encargo do adjudicatário a aquisição de todo o material móvel necessário aos trabalhos da prestação de serviços, bem como todos os gastos com a sua manutenção e conservação em perfeito estado de funcionamento, durante o período de vigência do contrato.
3. O adjudicatário obriga-se a apresentar à entidade adjudicante uma relação, por categorias profissionais, com indicação dos nomes dos trabalhadores e áreas a que estão afetos ao serviço. Da referida listagem constará, igualmente, a natureza do vínculo laboral entre os trabalhadores aí referidos e o adjudicatário, bem como a data de início e duração.
4. O adjudicatário obriga-se a manter, sempre que possível com recurso a um sistema automático, e a disponibilizar os registos de tempos de trabalho dos trabalhadores ao serviço, em registo informático de fácil consulta.
5. O adjudicatário deverá cumprir todas as disposições legais e regulamentares em vigor, relativamente a todo o seu pessoal, assegurando tal procedimento junto de eventuais subcontratados, respondendo plenamente pela sua observância perante a entidade adquirente.
6. O adjudicatário deve assegurar a qualidade dos serviços de limpeza garantindo os resultados identificados na especificação dos serviços de limpeza constante do **Anexo A** ao presente Caderno de Encargos.
7. A entidade adjudicante garantirá ao adjudicatário o acesso às instalações para a prestação do serviço, devendo este respeitar as normas de identificação do seu pessoal e os procedimentos adequados para o acesso e circulação nas instalações.

Cláusula 25.º

Avaliação da Qualidade dos Serviços de Limpeza

1. A avaliação do estado de limpeza é efetuada com recurso a auditorias mensais, onde o avaliador definirá se o estado da instalação analisada após a limpeza está conforme o definido no **Anexo A** ao presente Caderno de Encargos e se cumpre os requisitos e níveis de serviço definidos.
2. As auditorias são realizadas pelo Gestor do Contrato nomeado e constante do clausulado contratual, devidamente acompanhado pelo encarregado definido pelo adjudicatário, sendo que uma eventual não comparência deste último não o desvincula dos resultados da auditoria.

3. Naquelas auditorias é atribuída uma avaliação de 0 (zero) para Não Conforme e de 1 (um) para Conforme, para os resultados pretendidos para cada uma das especificações definidas no **Anexo A** ao presente Caderno de Encargos.
4. Uma avaliação do Estado de Limpeza é considerada conforme se o resultado for igual ou superior a 80%.

Aquartelamento da Academia Militar na Amadora, 14 de dezembro de 2021

O DIRETOR DOS SERVIÇOS GERAIS E DE ADMINISTRAÇÃO DA ACADEMIA MILITAR

Assinado por: **ALFREDO MANUEL APARÍCIO
FILIPE**
Num. de Identificação: 07732056

**Alfredo Manuel Aparício Filipe
CORONEL CAVALARIA**

Anexos:

- A – Especificação do serviço
- B – Mapa de tarefas